



Acta Scientiarum. Human and Social Sciences
ISSN: 1679-7361
eduem@uem.br
Universidade Estadual de Maringá
Brasil

Chiarotti Cesário, Ana Cleide; Chiarotti de Almeida, Ana Maria
A análise do discurso político
Acta Scientiarum. Human and Social Sciences, vol. 30, núm. 2, 2008, pp. 121-128
Universidade Estadual de Maringá
Maringá, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=307324801001>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

A análise do discurso político

Ana Cleide Chiarotti Cesário* e Ana Maria Chiarotti de Almeida

*Universidade Estadual de Londrina, Rod. Celso Garcia Cid, Pr 445, Km 380, Londrina, Paraná, Brasil.
Autor para correspondência. E-mail: anaccesario@sercomtel.com.br

RESUMO. Este artigo aborda o discurso a partir de duas pesquisas já concluídas que, tomando por base o texto jornalístico, interpretam tanto o processo discursivo quanto o acontecimento político pela perspectiva do encontro da língua com a história e a ideologia. Desse modo, avalia os princípios e procedimentos teórico-metodológicos da Análise de Discurso de linha francesa (AD) a partir do seu uso no campo das Ciências Sociais, em especial pela Ciência Política. Mostra que o encontro do cientista social com a AD propicia a descoberta de que ela não constitui um campo exclusivo da Linguística, mas um entremoio formado também pela Psicanálise e o Marxismo, mantendo estreita relação com as Ciências Sociais. Orientada pela releitura que Althusser faz de Marx, revê os conceitos de ideologia e de sujeito e a relação que se estabelece entre eles no processo de assujeitamento. O uso desta metodologia, que também é teoria, coloca, muitas vezes, o cientista social, durante o processo de compreensão do objeto investigado, diante de desafios teórico-metodológicos que podem levá-lo à revisão desse entremoio à luz de sua própria área de formação e do seu campo disciplinar.

Palavras-chave: análise de discurso, ideologia, política e discurso jornalístico.

ABSTRACT. The analysis of political discourse. This paper deals with discourse based on two previous studies with newspaper texts that interpret not only the discourse process but also the political aspect concerning the linkage of language with history and ideology. Thus, it evaluates the theoretical-methodological principles and procedures of the French Discourse Analysis (DA), based on its use in the Social Sciences field, especially by Political Science. It shows that the connection between the social scientist and DA allows the awareness that it is not a field exclusive to Linguistics, but is formed by both Psychoanalysis and Marxism, with close relation to the Social Sciences. Guided by Althusser's analysis of Marx, it reviews concepts of ideology and subject as well as the relation that is established between them in the subjectivation process. The use of this methodology, which is also a theory, places the social scientist, during the process of understanding the studied object, up against theoretical-methodological challenges that may lead him/her to review this reflection based on his/her own education and disciplinary fields.

Key words: discourse analysis, ideology, politics and newspaper discourse.

Introdução

O que leva o cientista político a se aproximar dos estudos e da análise do discurso e, consequentemente, da Linguística?

A princípio, são motivações de natureza puramente metodológica, isto é, a necessidade de maior rigor na interpretação e compreensão dos materiais empíricos – os textos –, geralmente denominados, pelos cientistas sociais e historiadores, de documentos, entrevistas ou depoimentos.

Essas motivações se devem também a uma insatisfação que acomete o pesquisador quando percebe que, após enorme e cuidadoso trabalho de interpretação dos materiais coletados, o relatório ou publicação final de sua pesquisa acaba transcrevendo trechos de matérias jornalísticas, de documentos

oficiais e de falas de entrevistados como se fossem ilustrações ou provas do que a teoria e os dados quantitativos indicam ou mesmo exigem como informação complementar.

Tais observações podem parecer descabidas já que, para os pesquisadores, em geral, das áreas de Ciências Sociais, o discurso é sempre visto como algo denso e opaco, que requer interpretação, por trazer, na sua tessitura, aspectos relacionados às relações de poder e à ideologia. Mesmo assim, na maioria das vezes, o que o sociólogo ou cientista político faz é tentar compreender o que o texto diz, ora por meio de uma adaptação da análise de conteúdo¹, ora se atendo a fragmentos

¹ Sistematizada nos anos de 1940-50 por Lasswell, Lazarsfeld e Berelson, é definida pelo último como “uma técnica objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto da comunicação”. Por meio desta técnica, os conteúdos passam por uma pré-categorização dos temas existentes nos textos e, na

textuais, uma certa hermenêutica voltada para os sentidos das palavras de enunciados considerados relevantes para a interpretação. Desse modo, relaciona os sentidos e significados perscrutados no material qualitativo à hipótese de trabalho, à teoria que orienta a investigação e aos dados quantitativos sobre os quais a pesquisa se apoia.

O material qualitativo – os textos –, com muita frequência, é denominado discurso e os sentidos e significados nele contidos são muitas vezes interpretados como representações, ideologia ou imaginário, havendo quase sempre o consenso de que a análise está se movendo num terreno que se convencionou chamar de simbólico.

Não se quer aqui minimizar a importância das análises qualitativas realizadas por cientistas sociais, pois é indiscutível a eficiência de metodologias de investigação usualmente empregadas no campo das Ciências Sociais, como a etnografia, a hermenêutica, a história de vida, a história oral, entre outras. O que se pretende é discutir que, quando o objeto é o discurso, os cientistas sociais, e em particular o cientista político, ainda encontram muita dificuldade com a análise desse objeto e que a Análise de Discurso de linha francesa (AD), tendo como principal representante Michel Pêcheux, pode ser não apenas uma metodologia eficaz, mas uma teoria e método que, ao se dedicar à interpretação de textos, instala uma importante reflexão epistemológica sobre o poder e a política, especialmente no campo do marxismo.

A discussão que aqui empreenderemos está baseada em experiência de pesquisa sobre o discurso, acumulada desde o ano de 1999, por um grupo de pesquisadores da Universidade Estadual de Londrina que coordenamos, intitulado Discurso e Memória.

Parâmetros teóricos

A política brasileira pela ótica da pesquisa qualitativa

Existem trabalhos que, mesmo não aderindo à análise de discurso, ao se ocuparem de memória e de história política – portanto com ênfase na análise qualitativa – produziram interpretações importantes sobre a política brasileira, conquistando merecido reconhecimento acadêmico e despertando interesse no grande público. Por exemplo, trabalhos orientados pela ideia de sistema político – que permite a compreensão das mudanças econômicas como responsáveis pela emergência de novos grupos sociais que passam a disputar o acesso ao poder e a influência junto aos centros decisórios – produziram obras clássicas sobre partidos políticos e períodos

sequência, são submetidos a tratamento quantitativo com o objetivo de interpretação. Ver Charaudeau e Maingueneau (2004, p. 42).

governamentais no Brasil, a exemplo dos trabalhos de Benevides (1976; 1981) e de Souza (1976).

Duas obras, em especial, levam o pesquisador voltado para temas da política brasileira a refletir sobre o discurso político.

A primeira delas é a análise sobre o período do governo Juscelino Kubitschek (JK) (Benevides, 1976) que, embora seja irrepreensível do ponto de vista teórico metodológico, pois analisa o desenvolvimento econômico relacionado à estabilidade do governo – sendo esta compreendida como ordem política –, utiliza fontes documentais e entrevistas, interpretando-as, porém sem submetê-las a um exame de sua discursividade.

Ao final do livro, de modo, não se sabe ao certo, ilustrativo ou documental, Benevides anexa entrevista a ela concedida pelo Presidente Juscelino Kubitschek, um texto carregado de sentidos e de extraordinária força imagética que, lá permanecendo ao final do livro, parece convocar o leitor e também o analista para novas interpretações.

A segunda, também considerada clássica sobre o mesmo período, embora não se restrinja apenas ao Governo JK e se estenda também ao Governo de Jânio Quadros (JQ), é a de Cardoso (1978).

Apesar de a obra acabada sugerir que a autora dialogou com a Linguística, ela mesma confessa que a análise de conteúdo pouco lhe ofereceu e que a análise estrutural, embora mais promissora, pareceu-lhe muito formalista.

Admite, contudo, que, com o estruturalismo de Lévi-Strauss, aprendeu a se fixar menos nos termos pelos quais o discurso se expressa e mais nas relações presentes, ou seja, não no discurso, de certo modo, uma aproximação indireta de Saussure. Atribui essa influência às relações em feixe das estruturas dos mitos indicadas por Lévi-Strauss, autor, como se sabe, influenciado pelas ideias saussureanas.

Entretanto, o que pode parecer, inicialmente, um trabalho de análise de discurso, influenciado pela Linguística, na realidade, é uma construção teórica intrincada, marcada pelo pensamento gramsciano, pelo qual a autora afirma ter partido da ideologia – entendida num plano abstrato – lidando, portanto, com discursos ideológicos.

A autora entende que o conceito de hegemonia de Gramsci permite abordar as relações de classes fora do terreno da produção econômica e, consequentemente, trabalhar os aspectos da produção cultural e política, questões fundamentais para o entendimento do discurso e da ideologia desenvolvimentistas do período em questão.

Da análise de conteúdo e da análise estrutural, Cardoso afirma ter originado a sua decisão de

trabalhar com temas definidos teoricamente e índices que permitissem quantificação.

É assim que, ao se deter no período JK, analisando vários tipos de materiais – documentos oficiais, trabalhos científicos, pronunciamentos e entrevistas –, a pesquisadora elabora um quadro de sete temas, cada qual composto de itens que, segundo ela, por meio do relacionamento global desses itens, poderia chegar a definições de posições ideológicas. Nessa abordagem, o par segurança/desenvolvimento constitui tema principal para o entendimento do discurso e da ideologia desenvolvimentista do governo JK.

Após ressaltar as marcas estruturalistas do pensamento de Althusser, criticando-o pelo modo como trabalha os níveis que compõem a formação social capitalista – conferindo centralidade ao Estado e diminuindo a importância das lutas de classes –, a autora submete o discurso ideológico, tema de seu trabalho, a um tratamento próximo da linguística formal, apresentando quadros de distribuição dos índices, deixando ao leitor a impressão de um arranjo metodológico, por meio do qual os recursos de análise da linguagem constituem técnica e a interpretação histórica gramsciana a via teórica de contextualização da empíria: dos textos.

Trabalhos como o de Cardoso (1978) aguçam a imaginação dos que trabalham o discurso político, levando-os a estabelecer diálogo com profissionais de outras áreas, sobretudo os linguistas que, por terem como especialidade o estudo da linguagem verbal, têm também o domínio da análise do discurso.

Quando a busca por uma metodologia de investigação científica coloca o pesquisador em contato com a AD, logo se descobre que ela não é um campo exclusivo da Linguística, mas um entremeio com estreita relação com as Ciências Sociais, tanto pela leitura que faz do marxismo como pelas aproximações que estabelece com o pensamento de Michel Foucault. Entretanto, questões menos familiares – referentes ao domínio da Linguística e da Psicanálise – colocam-se, de modo imperativo, ao entendimento de quem dela se aproxima.

Discussão

Uma experiência de pesquisa e a análise do discurso político

Foi a partir do encontro com a AD, influenciada, na sua origem, por Michel Pêcheux, que o grupo de pesquisadores que coordenamos, na Universidade Estadual de Londrina, viu-se sob forte atrativo de descobrir os caminhos metodológicos por ela

sugeridos e de compreender os debates teóricos no campo do marxismo que provoca. Pois a ideologia, o sujeito e a luta de classes são temas frequentemente abordados por Pêcheux, quando se ocupa dos fundamentos dessa teoria e método.

No início dos estudos, fortes motivações teórico-metodológicas moveram o grupo de pesquisadores a estudar o discurso pela ótica de Pêcheux e dos teóricos com os quais ele dialoga.

Em primeiro lugar, a descoberta do campo teórico-político que envolvia o nascimento da AD, influenciada pelo pensamento de Althusser, que, relendo Marx, propôs uma política na teoria, uma tentativa de revigorar o marxismo diante da crise que se instalou na esquerda francesa, no início dos anos 1960. Essas condições originárias praticamente antecipavam a inclinação preferencial da AD para o discurso político, marca inconteste que se mantém até os dias de hoje. Uma origem que levou o grupo a retornar aos escritos de Althusser e ao momento canônico do marxismo estrutural representado por sua obra e de sua inserção – e também a de Pêcheux – na história do estruturalismo.

Apesar da crítica que sempre pesou sobre Althusser, por conta do teoricismo de suas ideias, a leitura de sua obra indicava que o refúgio na teoria se devia à tentativa de defender Marx frente à publicização, no ocidente, das atrocidades cometidas pelo stalinismo e uma resposta à vulgata economicista daquele regime.

Esse desligamento do marxismo do seu próprio destino histórico nesse início dos anos 60 era um meio de salvá-lo de sua rápida decomposição, instalando-o no cerne da ciência. Responde à necessidade de sair de um marxismo oficial pós-stalinista, portador de uma herança funesta, encerrado no dogma. Althusser permitia complexificar o marxismo, cruzar a sua aventura com a das ciências sociais em pleno desenvolvimento, e colher todos os frutos, dando-se como discurso dos discursos a própria teoria das práticas teóricas. Ressuscitar um marxismo científico desembaraçado das escórias dos regimes que se valem dele, tal é o desafio estimulante que Louis Althusser apresenta a uma geração militante, temperada nos combates anticolonialistas (Dosse, 1993, v. 1, p. 329).

Uma leitura que permitiu também compreender o anti-humanismo atribuído a Althusser como decorrente de uma polêmica que se instalou no âmbito do Partido Comunista Francês (PCF), opondo as teses do marxismo humanista de Roger Garaudy às teses althusserianas que defendiam o anti-humanismo teórico. Importante também era perceber que essa polêmica ocorria num momento

pós-stalinista em que Kruschev apregoava o “socialismo humanista” (Dosse, 1993, v. 1, p. 332).

Se, por um lado, sabia-se das restrições existentes ao marxismo estruturalista de Althusser, por outro, percebia-se que a análise sintomal² por ele proposta colocava em evidência não apenas a espessura semântica do texto – na sua discursividade –, propiciando o encontro da língua com a ideologia, mas, sobretudo, a possibilidade de análise histórica por levar em consideração as condições de produção do discurso (Orlandi, 1999), o que de certa forma acenava para a possibilidade de abrir a proposta de Althusser, libertando-a da grade estrutural e de repensá-la à luz das ideias de Pêcheux.

A ideia de sintoma, que Althusser emprestou da obra de Lacan, acenava para a compreensão do que não é visível, do que diz respeito à falta e à ausência. Algo possível de ser apreendido desde que considerado no bojo dessa nova proposta de leitura que Althusser faz de retorno à obra de Marx, ou seja, lendo-o do mesmo modo como ele leu o discurso do outro – de David Ricardo e Adam Smith –, mostrando o que não havia sido percebido por eles. Um tipo de leitura que Pêcheux incorpora como procedimento na AD e que permite perceber, no discurso de modo geral, o que não se dá a ver, o que está na ordem do esquecimento, envolvendo a ideologia, a produção dos sentidos e a constituição do sujeito.

O apagamento de que o sujeito resulta de um processo, apagamento necessário no interior do sujeito como ‘causa de si’, tem como consequência, a nosso ver, a série do que poderia chamar as *fantasias metafísicas* [...] propondo atribuir a esse efeito *fantástico* – pelo qual o indivíduo é interpelado em sujeito – o nome de ‘efeito Münchhausen’, em memória do imortal barão que se elevava nos ares puxando-se pelos próprios cabelos (Pêcheux, 1995, p. 157).

Em segundo, por reivindicar para si um estatuto de teoria e método e não apenas de técnica, já que esta não pode ser considerada como mera disponibilização de instrumentos passíveis de apropriação ou de empréstimo de uma área de conhecimento para outra, sem antes compatibilizá-los com o novo campo de conhecimento a que se destina (Pêcheux, 1997)³.

Esse trabalho de compatibilização dos

instrumentos já se dá a ver quando a AD se propõe a ser uma disciplina, um entremedio – não apenas análise linguística –, articulando três áreas de conhecimento: o Materialismo Histórico, pela releitura que dele faz Althusser, revisando o conceito de ideologia; a Linguística, pela leitura que Pêcheux faz de Saussure que acentua não apenas a *langue*, mas a noção de *discurso* que dela deriva, permitindo a compreensão da produção dos sentidos, do singular, do específico, do equívoco e da falta; a Psicanálise, por meio da leitura que Lacan faz de Freud e o modo como acentua o esquecimento, identificando o inconsciente estruturado como linguagem e relacionado à ideologia.

Em terceiro, por desenvolver um repertório teórico com elementos familiares à análise política: a possibilidade de pensar o poder político e as formas de dominação pela via da ideologia e do seu funcionamento no discurso. Uma análise das formas de sujeição ou domínio que, ao constituir o sujeito, fazem-no também constituinte.

Paulatinamente, conforme as leituras sobre a AD iam sendo aprofundadas, percebia-se que Pêcheux abria uma frincha na ideia de assujeitamento de Althusser, mostrando que o discurso tanto pode funcionar como reprodução ideológica, quanto também é capaz de transformação.

Como vimos, ao tratar dos fundamentos de sua teoria materialista do discurso, Pêcheux introduz a ideia de condições ideológicas da reprodução/transformação das relações de produção. A partir dessa ideia, Pêcheux relativiza tanto o papel reprodutor da ideologia como o dos Aparelhos Ideológicos de Estado.

Se estamos destacando ‘condições ideológicas da reprodução/transformação das relações de produção’, é porque a área da ideologia não é de modo algum, o único elemento dentro do qual se efetuaria a reprodução/transformação das relações de produção de uma formação social; isso seria ignorar as determinações econômicas que condicionam ‘em última instância’ essa reprodução/transformação, no próprio interior da produção econômica, fato evocado por Althusser no começo de seu trabalho sobre os aparelhos ideológicos de Estado (Pêcheux, 1995, p. 143-144).

Resultados

A AD como compreensão de acontecimentos políticos.

É certo que essas possibilidades de adequação teórico-metodológicas da AD à análise do discurso político foram sendo descobertas aos poucos e à medida que dois projetos de pesquisa sobre a política em Londrina e Norte do Paraná foram

² Sobre esta proposta de leitura, ver Althusser (1979).

³ Pêcheux, especialmente no capítulo II do livro *O Discurso: estrutura ou acontecimento, na verdade a II Parte de uma conferência proferida nos EUA, em 1983*, discute como os primeiros instrumentos de utilidade prática (como guindastes, planos inclinados e balanças) foram utilizados no desenvolvimento da física galileana. Esta é apenas parte de uma discussão mais ampla que Pêcheux faz de um novo organo regido pelo rigor positivo e que se opõe ao momento da escolástica aristotélica.

desenvolvidos, ambos tendo o texto jornalístico como material empírico de análise. De modo bastante resumido e salientando apenas alguns aspectos que aqui consideramos relevantes nos resultados das duas pesquisas, passaremos a um breve comentário para que o leitor tenha uma ideia de como a análise empírica se desenvolveu orientada pela AD e como o trabalho se realizava de modo paralelo aos estudos teóricos sobre essa teoria e método.

O primeiro já concluído e intitulado *Outras Palavras: sobre as formas de dizer e as formas de silenciar*, teve as transgressões como porta de entrada no *Paraná-Norte*, um pequeno jornal artesanal editado no período compreendido entre 1934 a 1952, anos que coincidem com a fundação e ordenamento da cidade de Londrina e colonização do chamado Norte novo do Paraná.

Havia, além do jornal, outra fonte empírica – os Autos Criminais da Comarca de Londrina – que oferecia a barbárie (os crimes e a desordem), uma discursividade diferente daquela presente no texto jornalístico e, quando noticiada, perturbava os textos civilizatórios do jornal.

O objetivo dessa primeira pesquisa foi, por meio da análise do hipertexto – o modo como as notícias e matérias eram distribuídas no jornal –, da interpretação das notícias sobre suicídio, da violência na família e dos crimes registrados nos Autos, ver como o jornal noticiava essas transgressões e, se não as noticiava, o que colocava no lugar.

Esse trabalho foi desenvolvido por pesquisadores e alunos das áreas de História, Linguística, Sociologia e Ciência Política.

Nesse projeto, a análise política voltou-se para os editoriais, pois neles as posições político-ideológicas do jornal eram mais declaradas do que em outras matérias. Ao todo, foram selecionados 30 editoriais do *Paraná-Norte*, sendo dez dos dois primeiros anos de existência do município, 17 do período inicial do Estado Novo (1937-1938) e três do ano de 1945, incluindo um manifesto (*Manifesto ao Povo do Norte do Paraná*) redigido e assinado por políticos de várias tendências ideológicas que formariam a Frente Única de Oposições de Londrina – movimento de oposição à ditadura e à permanência de Vargas no poder.

A análise dos editoriais – tratados como texto – revelou os sentidos que o jornal produzia em momentos políticos de instituição da ordem legal e de crises políticas, Constituição de 1934 e primeira eleição local em Londrina; Golpe de Estado e Constituição de 1937; término do Estado Novo (1945) e movimento de redemocratização. Tornou

possível a compreensão da formação ideológica capitalista que orientou a colonização da região pela Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP), empresa de capitais ingleses associados ao capital nacional (paulista e mineiro), sustentada politicamente por um *compliance* entre a CTNP e o governo do Paraná.

Considerando as condições de produção do discurso jornalístico do *Paraná-Norte*, periódico financiado pela CTNP, a análise dos editoriais permitiu compreender, também, como o jornal constituía os sujeitos políticos: Willie Davids, primeiro prefeito de Londrina e, também, diretor da CTNP; o interventor Manoel Ribas; o sujeito político Vargas, primeiro como Presidente durante o curto período democrático (1934-1937) e, depois, como ditador (1937-1945).

Os textos, de um lado, produziam uma discursividade marcada por qualificativos positivos e grandiloquentes a respeito da região, revelavam os interesses das frações de classes burguesas que conduziam o processo de colonização – materializados no jornal enquanto empresa artesanal subsidiada pela grande companhia colonizadora de capitais nacionais e estrangeiros –, antecipando uma formação discursiva regionalista que irromperia como força política incontida nos editoriais de 1945 e no *Manifesto contra Vargas*, publicado no mesmo ano. De outro lado, a contensão da desordem – observada nas notícias (ou na sua ausência) sobre os crimes e transgressões – e o discurso afirmativo dos editoriais e das propagandas da CTNP sobre a região obliteravam os sentidos ordinários dos grupos e classes dominadas, claramente observáveis nos autos criminais.

O segundo projeto de pesquisa, também já concluído, intitulou-se *Os sentidos da Marcha da Produção: o acontecimento no texto do jornal*.

O mesmo grupo de pesquisa analisou, por meio do jornal *Folha de Londrina*, um acontecimento político de 1958, conhecido como Marcha da Produção. Na verdade, um episódio que fez parte de um movimento mais abrangente, iniciado na cidade de Marília, Estado de São Paulo, em 1956.

Nesse segundo projeto, o acontecimento, a princípio noticiado pelo jornal como parte de um conjunto de fatos do cotidiano da vida londrinense, aos poucos vai tomando proporções de um acontecimento político regional – envolvendo lideranças de Maringá e outras cidades norte-paranaenses – com repercussão nacional, já que se coloca contra o Governo JK e sua política econômica.

Um movimento que, ao programar uma grande

manifestação – marchar em caravana até o Catete, no Rio de Janeiro (sede do Governo Federal), para entregar ao Presidente um conjunto de reivindicações dos cafeicultores do Norte do Paraná –, revela uma força política, até então inimaginável, dos lavradores da região (era assim que se autodenominavam) contra a política econômica cafeeira, adotada pelo governo brasileiro, especialmente diante da instabilidade de preços do mercado internacional e de acordos bilaterais e multilaterais que o país vinha firmando com as organizações internacionais e com outros países produtores e consumidores de café.

O processo discursivo sobre esse acontecimento começa bem antes do dia 18 de outubro de 1958 – dia marcado para a realização da Marcha –, por meio de um intrincado trabalho de formulações (organização, convocações, encontros preparatórios), todas indicando propostas, retomadas, deslocamentos, inversões de um lado a outro do campo político. Notícias que prefiguravam discursivamente o acontecimento, dando-lhe forma e figura, na esperança de garantir a sua concretização, mesmo que para isso fosse necessário adiá-lo algumas vezes. Discursividade marcada por condições de produção que revelam forte identificação do jornal com os interesses dos cafeicultores e com os grupos e setores da sociedade que a eles se articulam.

As análises giraram em torno de três núcleos de interpretação: a Marcha como conjunto de sentidos políticos produzidos pelo jornal; os efeitos de sentidos produzidos sobre o comunismo e os sentidos do imaginário e do cotidiano em Londrina.

No que diz respeito à *Folha de Londrina*, sua posição era de defesa dos interesses dos cafeicultores, colocando-se contra JK, que acenava com um plano de governo (Programa de Metas) de natureza capitalista, industrial-desenvolvimentista e modernizante (Faro e Silva, 2002). Esta posição se reveste tanto de um sentido fortemente regionalista quanto da demonstração de reprodução, da parte do jornal, de uma ideologia nitidamente burguesa, porém de conteúdo mais conservador do que a do Presidente.

Outro aspecto que merece ser sublinhado é o de que a defesa dos interesses da cafeicultura em Londrina estava nas mãos de líderes da Associação dos Lavradores do Norte do Paraná (ALNP) que, ao mesmo tempo, tinham vínculo partidário com a União Democrática Nacional (UDN). Manifestava-se no município a conhecida clivagem da política brasileira existente naquele momento, que opunha os de dentro aos de fora, isto é, os que formavam a

aliança político-partidária de apoio a JK – Partido Social Democrático (PSD) e Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) – e sua opositora, a União Democrática Nacional (UDN).

Por ser a UDN um partido bem organizado em Londrina e por ser a cafeicultura o núcleo duro da economia nacional até aquele momento, a Marcha criou instabilidade para um governo até hoje avaliado como dos mais estáveis da política brasileira, já que estabilidade para JK significava desenvolvimento baseado na industrialização e não mais na agricultura.

A ameaça comunista aparece como uma das formas de dizer do jornal – pela voz do principal líder do movimento, Álvaro Godoi, e pela voz da Igreja – para que não se duvidasse da legalidade da Marcha. Era preciso que esse discurso fosse sustentado, pois, em outros momentos de conflito no campo – envolvendo a posse da terra (Guerra de Porecatu, final dos anos 1940 e início dos 50) e a exploração do trabalhador rural (Campanha de sindicalização do trabalhador rural, em 1956) –, o anticomunismo foi tema recorrente no mesmo jornal. Desse modo, revelou-se que o jornal se inscrevia de um modo muito particular na proposta de governo de JK, aceitava e em alguns aspectos até corroborava o desenvolvimentismo, mas desde que a cafeicultura não fosse golpeada de morte pela industrialização pretendida pelo Presidente e pelo seu esforço deliberado em modernizar o país. Opunha-se também à aproximação que JK mantinha, em alguns momentos, com os comunistas (Gomes, 2002).

Esse trabalho também se ocupou do hipertexto, em particular analisando uma coluna intitulada *Ronda pela cidade*, as notícias policiais e artigos sobre juventude e educação. Olhar esses outros textos significava a procura dos sentidos ordinários, não se atendo apenas à disputa que envolvia o Estado, as frações burguesas da sociedade local e regional e as elites políticas. Significava ouvir os rumores dos sentidos ordinários, como sugere Pêcheux, como as vozes de grupos e classes não diretamente envolvidos na Marcha se manifestavam no jornal.

Desse modo, houve a percepção de que o jornal revelava diferentes temporalidades, já que as marcas rurais e provincianas eram nítidas nas notícias sobre a sociabilidade e o cotidiano da cidade e da região. Enquanto as elites brigavam com o governo, os grupos e classes subalternas se expressavam, pela *Ronda pela cidade*, reivindicando, junto ao poder local, por melhores condições de infraestrutura nos bairros em que viviam, por mais emprego, por melhor atendimento de saúde e educação. Enquanto a luta

política ocupa os espaços de destaque do jornal, nos editoriais e manchetes de primeira página, noticiando o embate entre cafeicultores e governo federal, as contradições econômicas e sociais que afetavam diretamente os grupos e classes de trabalhadores se manifestavam nos espaços de menor destaque do jornal. Mesmo porque 1958 foi um ano em que a seleção brasileira de futebol conquistou a Copa do Mundo e as notícias sobre esse feito dividiram espaço, no jornal, com a farta propaganda política dos candidatos que concorriam nas eleições de deputado e senador. Esses sentidos da vida cotidiana londrinense, além de revelarem uma sociedade desigual, mostraram que o tradicional e o moderno conviviam, com sentido diverso ao ideário desenvolvimentista de JK, pois para os norte-paranaenses o moderno era sempre traduzido por progresso e este, na região, invariavelmente dependia do desenvolvimento da cafeicultura.

Assim, o imaginário dos Anos Dourados, a ideia de um tempo com mais oportunidades e esperanças, em Londrina, esteve muito mais marcado pelos signos do Ouro Verde – denominação atribuída ao café – do que pela industrialização proposta por JK e pela construção de Brasília.

O projeto sobre a Marcha da Produção possibilitou a relativização da ideia althusseriana de que a mídia enquanto Aparelho Ideológico do Estado (AIE) é mero reproduutor da ideologia dominante, pois o jornal se posicionava claramente a favor de uma fração da burguesia. Portanto, colocava-se na luta de classes, revelando que o AIE é atravessado por ela, como já sinalizara Althusser e como sempre asseverou Pêcheux que entende o discurso como o lugar de manifestação da ideologia e da luta de classes. Mais importante ainda foi descobrir a atuação dos comunistas na região, por meio dos sentidos anticomunistas presentes no discurso de líderes da Marcha, como Álvaro Godoi, e dos bispos das dioceses das cidades de Londrina, Maringá e Jacarezinho.

Conclusão

A experiência acumulada durante o desenvolvimento dos dois projetos de pesquisa aqui relatados tem demonstrado que, quando profissionais das Ciências Sociais se aproximam da AD, abre-se a possibilidade de acesso a princípios e procedimentos metodológicos fundamentais para o entendimento do discurso e, ao mesmo tempo, instala-se uma fascinante discussão sobre a posição ético-política do pesquisador.

Permite olhar o texto – nos dois casos em apreço, examinar o jornal – como materialidade discursiva,

lugar dos signos linguísticos e ideológicos, em que não só as relações de poder envolvendo o Estado e a sociedade se dão a ver, mas também como os sentidos ordinários das classes dominadas se manifestam ou deixam de se manifestar, a exemplo do que asseverou o fundador da AD em seu clássico texto apresentado na Conferência *Marxismo e Interpretação da Cultura: Limites, Fronteiras, Restrições*, na Universidade de Illinois, em julho de 1983 (Pêcheux, 1997). No mesmo texto, já sob influência Mikhail Bakhtin e Michel de Certeau, faz uma autocrítica, numa clara alusão à influência de Althusser, dizendo que o estruturalismo até então se mantivera muito próximo do Estado e que, com o intuito de se colocar a favor do marxismo, acabara escondendo-se em Marx. Desse modo, defende o compromisso ético-político do intelectual em escutar os rumores dos sentidos ordinários.

Atualmente, após a realização desses dois projetos, os pesquisadores se convenceram de que a aproximação da AD vem acompanhada de algumas dificuldades metodológicas e de desafios teóricos que instigam a discussão e a revisão desse entremeio à luz da área de formação dos que dela se avizinham.

Quando nos vemos diante de questões formuladas em face do material empírico e dos desafios encontrados ao longo do processo de interpretação, muitas vezes, temos convocado conceitos de nossa área específica de formação, nem sempre diretamente pertencentes ao entremeio da AD, mas de preferência próximos a ele. É assim que consideramos difícil a adesão e a filiação incontestes à AD; a relação que com ela mantemos, embora não seja meramente instrumental, ocorre de maneira aberta, tomando-se, todavia, os cuidados próprios ao *métier do sociólogo* (Bourdieu et al., 2004), ou seja, um uso de instrumentos técnicos e de recursos metodológicos revisados teoricamente e adequados ao campo disciplinar em que estão sendo utilizados e um questionamento constante das implicações epistemológicas de tal uso.

Referências

- ALTHUSSER, L. *Ler o capital*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- BENEVIDES, M.V.M. *O governo Kubitscheck: o desenvolvimento econômico e a estabilidade política*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- BENEVIDES, M.V.M. *A UDN e o Udenismo: ambigüidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- BOURDIEU, P. et al. *Ofício de sociólogo: metodologia da pesquisa na sociologia*. Petrópolis: Vozes, 2004.
- CARDOSO, M.L. *Ideologia do desenvolvimento - Brasil: JK -*

- JQ. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. *Dicionário de análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 2004.
- DOSSE, F. *História do estruturalismo*. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1993. v. 1: o campo do signo, 1945-1966.
- FARO, C.; SILVA, S.L.Q. A década de 1950 e o programa de metas. In: CASTRO, A. (Org.). *O Brasil de JK*. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002.
- GOMES, A.C. Qual a cor dos anos dourados? In: GOMES, A.C. (Org.). *O Brasil de JK*. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002.
- ORLANDI, E.P. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Unicamp, 1999.

PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Unicamp, 1995.

PÊCHEUX, M. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. 2. ed. Campinas: Pontes, 1997.

SOUZA, M.C.C. *Estado e partidos políticos no Brasil*. São Paulo: Alfa Ômega, 1976.

Received on August 18, 2008.

Accepted on October 16, 2008.

License information: This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.